

## EMENDA

EMENDA MODIFICATIVA ao Projeto de Lei nº 53/2025, que dispõe sobre a Taxa de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas, cria o Fundo Municipal de Drenagem, no âmbito do Município de Santo André, e dá outras providências.

Senhor Presidente

### EMENDA MODIFICATIVA AO CAPUT DO ART. 12. DO PROJETO DE LEI 53/2025

O caput do Art. 12. do Projeto de Lei nº 53/2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 12. A Taxa de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas será lançada anualmente ao contribuinte e poderá ser cobrada em conjunto com outras taxas ou tarifas, em um único impresso.”*

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 2 de dezembro de 2025.

**BAHIA**  
Vereador

**BAHIA DO LAVA RÁPIDO**  
Vereador

**BISPO CÉLIO LOPES**  
Vereador

**CARLOS FERREIRA**  
Vereador

**CLÓVIS GIRARDI**  
Vereador

**DR. MARCELO CHEHADE**  
Vereador

**DANDAN**  
Vereador

**DRA. ANA VETERINÁRIA**  
Vereadora

**EDILSON SANTOS**  
Vereador

**DANIEL BUISSA**  
Vereador

**LUCAS ZACARIAS**  
Vereador

**DENIS GAMBÁ**  
Vereador



**DR FABIO LOPES**  
Vereador

**DR MARCOS PINCHIARI**  
Vereador

**RICARDO ALVAREZ**  
Vereador

**MAJOR VITOR SANTOS**  
Vereador

**RODOLFO DONETTI**  
Vereador

**TONINHO CAIÇARA**  
Vereador

**VAVÁ**  
Vereador

**WAGNER LIMA**  
Vereador

**MARCOS DA FARMÁCIA**  
Vereador

**NINO BRANDÃO**  
Vereador

**OSVALDINHO**  
Vereador

**RENATINHO**  
Vereador

**TIAGO NOGUEIRA**  
Vereador

**WILLIAM LAGO**  
Vereador

**ZEZÃO**  
Vereador



A presente Emenda Modificativa tem por objetivo aprimorar a redação do **Artigo 12 do Projeto de Lei nº 53/2025**, que institui a Taxa de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas no Município de Santo André.

A alteração proposta visa conferir maior **clareza e eficiência administrativa** ao dispositivo que regula o lançamento e a cobrança do tributo, sob os seguintes fundamentos técnicos e jurídicos:

**1. Aprimoramento da Técnica Legislativa e Evitar Redundâncias** A supressão da expressão "*devendo estar devidamente discriminada*" deve-se ao fato de que o ordenamento jurídico brasileiro, notadamente o **Código Tributário Nacional (CTN)** e o **Código de Defesa do Consumidor**, já impõe, de forma cogente, a obrigatoriedade de clareza e transparência nas cobranças públicas. Reiterar tal obrigação no texto da lei municipal torna-se redundante e fere o princípio da concisão legislativa. O contribuinte já está protegido por legislações superiores que garantem o seu direito à informação detalhada sobre o que está pagando.

**2. Segurança Operacional e Flexibilidade no Layout de Cobrança** A manutenção da frase original poderia gerar interpretações equivocadas ou excessivamente restritivas quanto ao *layout* da fatura (boleto) emitida pelo **Semasa**. Uma interpretação literal rígida poderia exigir que a Taxa de Drenagem tivesse um código de barras ou bloco de pagamento apartado dentro do mesmo impresso, o que inviabilizaria tecnicamente a proposta de "impresso único" e a unificação da arrecadação. Ao simplificar a redação para "*será lançada anualmente ao contribuinte e poderá ser cobrada em conjunto com outras taxas ou tarifas, em um único impresso*", a emenda garante a **segurança jurídica** para que a administração realize a cobrança unificada (somando-se aos valores de água/esgoto ou outros, facilitando o pagamento pelo munícipe), sem prejuízo do detalhamento dos valores que ocorrerá no corpo descritivo da fatura por força das normas gerais de transparência.

**3. Economicidade e Eficiência** O objetivo central do Art. 12 é permitir a economia de recursos públicos através da emissão conjunta (impresso único). A redação proposta pela emenda blinda essa intenção, evitando que formalismos excessivos sobre o modo de "discriminação" visual criem custos adicionais de impressão ou complexidade sistêmica para o Semasa.

Diante do exposto, e considerando que a alteração mantém a essência da propositura original, garantindo a sustentabilidade econômico-financeira do serviço de drenagem conforme preconiza o Marco Legal do Saneamento, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda.

